

Manifesto das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo e Vale do Ribeira do Paraná contra as ameaças e retrocessos aos direitos territoriais.

Em encontro em Eldorado/SP, as lideranças quilombolas do Estado de São Paulo e Vale do Ribeira do Paraná se unem e se solidarizam à luta das populações indígenas no Brasil que se organizam para a Mobilização Nacional Indígena, por considerar que esta luta é comum a todas as populações tradicionais.

A não implementação das legislações que garantam agilidade aos processos reconhecimento, titulação dos territórios quilombolas, desintração dos terceiros, que tem provocado conflitos, ameaças e a mortes de lideranças, é um atraso aos direitos adquiridos. É urgente garantir maior agilidade e desburocratização nos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Para tanto, exigimos a extinção dos retrocessos:

-Pela extinção da ADIN 3239 questionando a constitucionalidade do decreto 4887/2003;

-Pela extinção da PEC 215/2000, que visa transferir a prerrogativa de regularização fundiária das terras quilombolas, indígenas e Unidades de Conservação do Executivo ao poder legislativo;

-Pela mudança dos termos do projeto de lei 7735/2014, atualmente no senado sob a identificação PLC 02/2015, que trata do uso dos conhecimentos tradicionais e patrimônio genético. Exigimos a inclusão da repartição dos benefícios de forma justa para as comunidades tradicionais e que as condições de repartição e consultas sejam discutidas e acordadas com a Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Exigimos que este PL respeite a Convenção 169 da OIT e protocolo de Nagoya, dos quais o Brasil é signatário.

Exigimos que os órgãos ambientais estaduais não criminalizem as comunidades por suas práticas tradicionais e que desafetem as Unidades de Conservação sobrepostas aos territórios quilombolas.

Exigimos também que seja garantido às comunidades quilombolas o direito de consulta prévia e informada para qualquer

empreendimento ou ato que afete nossos territórios (Silvicultura, Mineração, Barragem e Transposição de Águas), em acordo com a Convenção 169 da OIT.

Por entendermos que essas ameaças são um retrocesso às conquistas das populações tradicionais do Brasil e à democracia, reiteramos nosso apoio à Mobilização Nacional Indígena.